

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



ATA Nº 011/2009

PROCESSO nº. 1335/09

LICITAÇÃO nº. 068/09 – Pregão Presencial

VALIDADE: até 28 / 08 / 2010

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 28 dias do mês de agosto de 2009, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787 ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

### FORNECEDOR:

**LOTES UM E DOIS** – PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA, com sede na SAAN, QD02, NN285, B. SAAN, em Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.228.010/0001-90, neste ato representada por seu procurador, Sr. FELIPE DE AZEVEDO BERNARDES, residente à Rua Uberlândia, 598, Bairro Carlos Prates, portador da Carteira de Identidade nº MG- 8.006.769., CPF nº. 011.904.226/62;

### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de cartuchos de toner para impressora a laser, especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital e proposta da contratada apresentada à Licitação 068/2009 – Pregão Presencial.

1.1. Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

### DOS PREÇOS

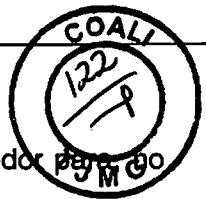
**CLÁUSULA SEGUNDA.** Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

### DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

### DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

**CLÁUSULA QUARTA.** O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.



## **DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**CLÁUSULA QUINTA.** O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para o prazo de 05 (cinco) dias úteis assinar a Autorização de Compra.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

## **DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO**

**CLÁUSULA SEXTA.** O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até 20 (vinte) dias úteis.

6.1. Local e horário para entrega: Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, situada na Av. do Contorno nº. 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no horário de 08:30 às 11:30 horas e de 12:30 às 16:30 horas.

6.1.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31) 3237-6332 e 3237-6324, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

## **DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1. O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a. materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b. quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c. no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d. de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

## **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**CLÁUSULA OITAVA.** Constituem obrigações:

### **8.1. DO TRIBUNAL**

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

### **8.2. DO FORNECEDOR**

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da



Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

**8.2.2.** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

**8.2.3.** Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o Tribunal os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

**8.2.4.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

**8.2.5.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

**8.2.6.** Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

**8.2.7.** Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

**8.2.8.** Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**8.2.9.** Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

**8.2.10.** Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

### **DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA NONA.** O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

**9.1.** No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

**9.2.** Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

**9.3.** O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

**9.4.** O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

**9.5.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

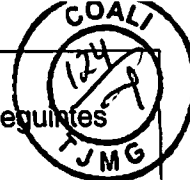
**9.5.1.** Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

**9.6.** O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

**9.7.** Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

### **DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA.** O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.



10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

10.2. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.1993.

### **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

**11.1. Pelo Tribunal:**

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

**11.2. Pelo Fornecedor:**

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Pela inexecução total ou parcial da Autorização de compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

12.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, do art. 12 da Lei Estadual nº 14.167/02 e do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores, o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata ou Autorização de Compra, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução da Ata ou Autorização de Compra;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;





- b) multa, observados os seguintes limites:
- b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
  - b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/2001 e demais disposições correlatas;
- d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e do inciso IV do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores.

**12.3.** A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

**12.4.** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

### DA TROCA DE MARCA

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

**13.1.** A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) justificativa da solicitação da alteração;
- b) comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
- c) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

**13.2.** A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de Compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

**14.1.** Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

**14.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**14.3.** As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**14.4.** Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

**14.5.** Se a empresa declarada vencedora não assinar a Autorização de Compra no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da data do recebimento da convocação pelo Tribunal, caducará o seu direito à contratação.

**14.6.** Ocorrendo a hipótese prevista no item 14.5, poderão ser convocadas as licitantes remanescentes para exame das ofertas subsequentes, observada a ordem de classificação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos da proposta registrada.



DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.  
E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2009.

Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE  
Presidente

Pelo Fornecedor:

Felipe de Azevedo Bernardes  
PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA

Testemunhas:

63180

TS 3788-7



**ANEXO I DA ATA – QUANTITATIVO, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES**

(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 011/09)

LOTE	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	CÓDIGO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
1	un.	2.500	Cartucho de toner para impressora Lexmark E-332N. Referência 34018HL, cor preta, não remanufaturado, com validade mínima de 01 ano, a partir da data de entrega, embalado em caixa que ofereça proteção contra umidade e calor, com rendimento de 6.000 páginas.	20.12.084-2	LEXMARK	200,00	PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA
2	un.	300	Cartucho de toner para impressora Lexmark E-360. Referência E360H11L para 9.000 páginas.	20.12.106-7	LEXMARK	550,00	PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA





**6 - INSCRIÇÕES**

6.1 - Os trabalhos estarão automaticamente inscritos a partir da data de entrega ou envio para a COSEC ou para Apoio ao GEAPA - Fórum Lafayette.

6.2 - O prazo de entrega dos trabalhos encerra-se no dia 16/10/2009.

6.3 - Para os trabalhos enviados através do malote (com AR) será considerada a data da remessa, não devendo ultrapassar a data de 16/10/2009.

6.4 - Cada candidato poderá concorrer com 01 (uma) obra inédita, em todas as categorias.

6.5 - É vedada a participação daqueles que trabalham nos setores responsáveis pelos Adolescentes Trabalhadores.

**7 - APRESENTAÇÃO**

7.1 - Categoria Prosa - Os trabalhos concorrentes deverão ser escritos em língua portuguesa, em 05 (cinco) vias digitadas em fonte arial, tamanho 14, cor preta, folha tamanho A4, não podendo exceder 02 (duas) páginas numeradas.

7.2 - Categoria Desenho - Os trabalhos concorrentes deverão ser produzidos em papel apergaminhado na cor branca, 180 gramas, tamanho A3 (42x29, 7) disponível na COSEC e Apoio ao GEAPA.

7.3 - Cada trabalho deverá conter o pseudônimo do autor (nome artístico).

7.4 - Os trabalhos deverão ser remetidos devidamente lacrados, contendo em seu exterior, as seguintes informações:

**8º Concurso Artístico**

"Conciliação: é conversando que a gente se entende."

Coordenação de Controle da Prestação de Serviços Gerais - COSEC

Rua Goiás, 229 - 1º andar.

30190-030 - Belo Horizonte - MG.

Ou

**8º Concurso Artístico**

"Conciliação: é conversando que a gente se entende."

Apoio ao GEAPA - Fórum Lafayette

Avenida Augusto de Lima, 1549 - 4º andar.

30190-913 - Belo Horizonte - MG.

No verso do envelope deverá conter somente o pseudônimo do autor.

7.5 - Juntamente com o trabalho entregue deverá também haver outro envelope lacrado, para que o autor possa ser identificado posteriormente, contendo as seguintes informações: pseudônimo do autor, nome completo do Adolescente Trabalhador, RG e CPF, número de matrícula na ASSPROM, endereço completo, telefone (se houver), setor onde está lotado com ramal e data de admissão.

No exterior deste envelope deverá conter o pseudônimo e o título do trabalho.

7.6 - Os itens acima deverão ser executados criteriosamente sob pena de exclusão da obra, caso não sejam cumpridas.

**8 - PREMIAÇÃO**

Para cada categoria:

1º lugar - 01 (um) Computador

2º lugar - 01 (um) MP7

3º lugar - 01 (um) Câmara Digital

**9 - DEVOLUÇÃO**

Os trabalhos não selecionados poderão ser retirados na COSEC, até o prazo máximo de 90 (noventa)

dias, após a divulgação dos resultados.

**10 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1 - A Comissão Julgadora poderá desclassificar as obras que usar palavras inadequadas e/ou ofendam moralmente qualquer indivíduo, ideologia, crença religiosa ou nacionalidade.

10.2 - Poderá o Adolescente Trabalhador recorrer pessoalmente, no prazo de 02 (dois) dias após a comunicação da decisão acima, perante a COSEC, que encaminhará à Comissão Julgadora, que definirá imediatamente o caso em questão.

10.3 - Ficam cedidos os direitos autorais das obras para fins de divulgação, como também os direitos de imagem e nome dos autores.

10.4 - Os nomes dos vencedores serão divulgados no dia 27/11/09, em evento que será anunciado futuramente.

10.5 - Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Coordenação do Concurso e/ou pela Comissão Julgadora.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2009.

Selma Michaelsen Dias

Diretora Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio

Desembargador Sérgio Antônio de Resende  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Gerência de Contratos e Convênios  
Gerente: Daniela Ataíde Giovannini Alves  
27.08.2009

Termos Aditivos - Contratos (Extratos)

Marco Antônio Rocha. - 9º TA de 21.08.2009 ao Ct. 298/2001 de 23.08.2001. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. - Vigência: 23.08.2009 a 23.08.2010. - Valor do 9º TA: R\$ 80.118,24. - Dotação Orçamentária nº: 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.36.11 - Locação de Bens Imóveis - Pessoa Física.

Central Técnica Peças Serviços Equipamentos Odontológicos Ltda - ME. - 2º TA de 12.08.2009 ao Ct. 272/2007 de 13.08.2007. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e alteração de cláusula. - Vigência: 13.08.2009 a 13.08.2010. - Valor do 2º TA: R\$ 12.912,72. - Dotação Orçamentária nº: 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.32 - Locação de Serviços Técnicos e Especializados.

Convênios (Extratos)

Município de Carvalhópolis/MG. - Cv. 221/2009 de 24.08.2009. - Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando o eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Machado/MG, mediante cessão de servidores municipais - Vigência: 24.08.2009 a 24.08.2014. - Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Autorização de Compra - AC (Extrato)

AC. 119/2009 de 30.07.2009 - Licit. 040/2008. - Papier Comércio de Material de Escritório Ltda. - Objeto: Aquisição de artigos para escritório. Valor: R\$ 3.850,00. - Dotação Orçamentária: 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.05 - Material para Escritório.

Termo Aditivo - Autorização de Compra -

(Extrato)

Friominas Máquinas e Representações Ltda - 1ª TA de 12.08.2009 à AC. 099/2009 de 16.06.2009 - Licit. 032/2009. - Objeto: Acréscimo de valor. Valor inicial da AC: R\$ 48.799,63-Valor do Termo: R\$ 11.421,19 - Valor total do Ct.: R\$60.220,82 - Dotação Orçamentária: 1031.02.061.723.4.224.4.4.90.52.12 - Máquinas, Aparelhos, Utensílios e Equipamentos de Uso Administrativo.

Termo de Doação - Extratos

Empresa Invista Editora e Impressão Ltda - Ct.183/2009 de 27.08.2009 - Objeto: Doação de um aparelho Fax Linha Grafite.

Lar Beneficente São Vicente de Paulo - Ct.228/2009 de 27.08.2009 - Objeto: Doação de materiais permanentes inservíveis e Equipamento de Informática.

Casa da Criança José Nogueira de Sá - Ct.230/2009 de 27.08.2009 - Objeto: Doação de material inservível.

Gerência de Compra de Bens e Serviços  
Gerente: Vânia Lúcia Silvério Pereira, em substituição.  
27.08.2009

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/09**

TJMG X PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.

Processo: 1335/2009

Licitação: 068/2009

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cartuchos de toner para impressora a laser

**Lotes 1 e 2: Port Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda.**

**Lote 1** - Cartucho de toner para impressora Lexmark E-332N. Referência 34018HL, cor preta, não remanufaturado, com validade mínima de 01 ano, a partir da data de entrega, embalado em caixa que ofereça proteção contra umidade e calor, com rendimento de 6.000 páginas.

Quantidade Registrada: 2.500 unidades

Valor unitário: R\$200,00 (duzentos reais)

Valor total: R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);

**Lote 2:** Cartucho de toner para impressora Lexmark E-360. Referência E360H11L, capacidade para 9.000 páginas.

Quantidade Registrada: 300 unidades

Valor unitário: R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais)

Valor total: R\$165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais)

## DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Diretora Executiva: Neuza das Mercês Rezende  
27 de Agosto de 2009.

GERÊNCIA DE PROVIMENTO E DE CONCESSÕES AOS SERVIDORES  
Gerente: Maria das Mercês Simões R. Pinto